COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 6.548, DE 2016

Dispõe sobre a formatação de preços ao consumidor de combustíveis.

Autor: Deputado Heitor Schuch

Relator: Deputado LUIZ FERNANDO FARIA

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 6.548, de 2016, de autoria do Nobre Deputado Heitor Schuch, que dispõe sobre a formatação de preços ao consumidor de combustíveis.

Nos termos da proposição, a formatação dos preços será feita diretamente na bomba de abastecimento e a divulgação em local visível e com destaque. Eventual descumprimento implicará nas sanções do art. 56 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, até que o órgão fiscalizador receba, por escrito, dados comprobatórios de que todos os requisitos foram atendidos. Por seu turno, a fiscalização e aplicação de eventual sanção ficarão a cargo do Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva das Comissões de Minas e Energia; Defesa do Consumidor e Constituição e Justiça e de Cidadania e possui regime de tramitação ordinária.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica

legislativa das proposições na forma do art. 32, inc. IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

De forma preambular, contudo, cabe repisar a manifestação do **Sindicato Nacional das Empresas Distribuidores de Combustíveis e Lubrificantes (SINDICOM)** sobre o tema:

“No Brasil, os preços dos combustíveis são tradicionalmente apresentados ao público em painéis indicativos e na bomba abastecedora do posto revendedor com o valor por litro expresso com três casas decimais, ao passo que o valor total a ser pago pelo consumidor sempre é fechado com duas casas decimais. Não se trata de uma nova tendência, mas de uma prática amplamente adotada e há muitos anos presente nos mercados organizados do mundo todo. Ela permite maior precisão e eficiência na determinação de preços finais, sem que seja necessário lançar mão de arredondamentos de viés altista, como é identificado no caso da imposição de duas casas decimais.

(...)

A indicação de preços com três dígitos decimais, como totalização do preço sendo feita com dois dígitos, é uma prática mundial adotada com sucesso no Brasil há mais de 20 anos. Ela permite uma maior precisão na determinação de preços finais, apresentando ao consumidor o valor completo do combustível que ele está adquirindo, e evita que este seja lesado com descabidos arredondamentos para cima, prática mais facilmente empregada quando apenas dois dígitos decimais são indicados no preço. Não há motivos para fugir de um tradicional padrão internacional que preza pela transparência e que, além disso, não exige que o setor readéque peças de comunicação visual localizadas nos postos”.

A União tem competência concorrente para legislar sobre Direito do Consumidor, na forma do art. 24, V, da Constituição da República.

A proposição, todavia, fere o princípio constitucional da livre iniciativa e deste modo padece do vício da inconstitucionalidade.

No que toca à juridicidade, observa-se que a matéria em nenhum momento atropela os princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico pátrio. Eis por que é jurídica.

No que toca à técnica legislativa e à redação, conclui-se que se observaram na feitura da proposição as imposições da Lei Complementar nº

95, de 1998.

Haja vista o que se acaba de expor, voto pela **inconstitucionalidade**, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.548, de 2016.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado LUIZ FERANDO FARIA
Relator